

**ADRIANA CARVALHO PINTO VIEIRA
KELLY LISSANDRA BRUCH
LILIANA LOCATELLI
PATRÍCIA MARIA DA SILVA BARBOSA**

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA, SIGNOS COLETIVOS E DESENVOLVIMENTO

3




AYA EDITORA
2021

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizadoras

Prof.ª Dr.ª Adriana Carvalho Pinto Vieira

Prof.ª Dr.ª Kelly Lissandra Bruch

Prof.ª Dr.ª Liliana Locateli

Prof.ª Dr.ª Patricia Maria da Silva Barbosa

Capa

AYA Editora

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chiroli

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Me. José Henrique de Goes

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Marcos Pereira dos Santos

Faculdade Rachel de Queiroz

Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Ma. Silvia Apª Medeiros Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

© 2021 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). As ilustrações e demais informações contidas desta obra são integralmente de responsabilidade de seus autores.

I3991 Indicação geográfica, signos coletivos e desenvolvimento 3. / Organizadora Adriana Carvalho Pinto Vieira...[et.al] . -- Ponta Grossa: Aya, 2021. 147p. – ISBN: 978-65-88580-41-7

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

DOI 10.47573/aya.88580.2.27

1. Indicação geográfica. 2. Economia regional. 3. Artesanato. 4. Patentes. 5. Propriedade intelectual - Aspectos econômicos. 6. Cultura. I. Vieira, Adriana Carvalho Pinto. II. Bruch, Kelly Lissandra. III. Locateli, Liliana. IV. Barbosa, Patricia Maria da Silva. V. Título

CDD: 306.36

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de
Periódicos e Editora EIRELI

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

Prefácio

Vivemos num tempo rico em oportunidades, no qual podemos ver o mundo no seu todo, como também na individualidade das suas partes. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, pelo seu alcance mundial, traça uma visão inclusiva (“todos”), na ótica do desenvolvimento sustentável nas vertentes sociais, económicas e ambientais. O conjunto de objetivos/metapas contemplado oportuniza caminhar para um desenvolvimento sustentável contemplando a heterogeneidade inerente à construção histórica das sociedades e países, que possuem realidades próprias, como no caso do Brasil. E podemos nos indagar sobre qual é a contribuição da propriedade intelectual na busca pelo desenvolvimento sustentável, na ótica das indicações geográficas, outros signos distintivos e temas afins.

É fato que a PI tem crescido em importância no cenário nacional. Aproveito o tema desta publicação para trazer à reflexão um olhar para o desenvolvimento endógeno da realidade nacional, na ótica da PI aplicada às culturas autóctones do Brasil - povos e comunidades tradicionais, e suas implicações ambientais, sociais, culturais e económicas. Nesta vertente, me ocorre o referencial conceitual da “inovação social” - resultando no conhecimento aplicado às necessidades sociais - aquele que é autoconstruído pelos atores locais gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais e comunidades. Estão contemplados aqui temas associados ao etnodesenvolvimento, conservação e uso da agrobiodiversidade, sociobiodiversidade, diferenciação dos produtos com origem associada ao território, preservação dos valores identitários, reconhecimento e proteção de ativos materiais e imateriais no âmbito local ou internacional, formulação e implementação de políticas públicas de alcance endógeno, governança, apropriação dos benefícios pelas comunidades locais.

Dentro deste contexto e realidade brasileira, fica a questão: num mundo complexo e multifacetado, poderá a propriedade intelectual assimilar as necessidades de “ver de uma nova forma”? promover o “desenvolvimento sustentável endógeno” dos diferentes povos e comunidades? se abrir para gerar soluções sustentáveis para os desafios, que possam orgulhar gerações futuras?

Esta obra contempla abordagens diversas, no guarda-chuva das indicações geográficas e outros signos coletivos, na ótica da propriedade intelectual como instrumento de desenvolvimento, oportunidade para subsidiar o debate sobre o futuro que estamos construindo para os desafios do Brasil e do mundo.

Jorge Tonietto
Pesquisador da Embrapa

SUMÁRIO

Apresentação 8

01

Indicações geográficas, desenvolvimento local e artesanato..... 10

Fabício Carvalho da Silva

Ana Eleonora Almeida Paixão

DOI: 10.47573/aya.88580.2.27.1

02

A prospectiva territorial e as Indicações Geográficas: caminhos do desenvolvimento 20

Thomaz Fronzaglia

DOI: 10.47573/aya.88580.2.27.2

03

A marca de certificação como instrumento de proteção dos conhecimentos tradicionais aplicados no artesanato indígena 36

Rafael dos Santos Viveiros de Faria

Alexandre Guimarães Vasconcellos

DOI: 10.47573/aya.88580.2.27.3

04

Propriedade intelectual em comunidades tradicionais: o etnodesenvolvimento em terras indígenas brasileiras atrelado a indicação geográfica..... 52

Silvia Cristina Vieira Gomes.

Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani.

Adriana Carvalho Pinto Vieira.

Cristiane Hengler Corrêa Bernardo

DOI: 10.47573/aya.88580.2.27.4

05

O entendimento do Tribunal de Justiça da União Europeia sobre o conflito entre indicação geográfica e outros signos distintivos: um modelo para o Brasil?.. 64

Samyr Leal da Costa Brito

DOI: 10.47573/aya.88580.2.27.5

06

Possibilidades de aplicação do regulamento de utilização da marca coletiva – titular, usuários e concorrentes 80

Igor Schumann Seabra Martins

Vinicius Bogéa Câmara

Patricia Pereira Peralta

DOI: 10.47573/aya.88580.2.27.6

07

Possibilidades de uso do design como ferramenta estratégica na gestão da marca coletiva "Amorango" 97

Patricia Pereira Peralta

Suellen Costa Vargas

DOI: 10.47573/aya.88580.2.27.7

08

Signos coletivos paraenses 112

Sheila de Souza Corrêa de Melo

DOI: 10.47573/aya.88580.2.27.8

Organizadoras 133

Autores..... 135

Índice Remissivo 142

Apresentação

O mercado de consumo se apresenta cada vez mais competitivo. Nessa perspectiva, a diferenciação de produtos e serviços permanece como um desafio aos diferentes produtores e prestadores. Os signos coletivos, sem dúvida, constituem uma importante ferramenta para uma melhor inserção competitiva nesse mercado.

Entretanto, as potencialidades dos signos coletivos não se esgotam nas vantagens concorrenciais, mas trazem significativos impactos no território e na coletividade envolvida. Consoante com os objetivos do Grupo Interdisciplinar e Interinstitucional de Pesquisa em Propriedade Intelectual (GIPPI), essa edição, mais uma vez, traz pesquisas que exploram as diversas facetas dos signos coletivos, bem como algumas questões técnicas (jurídicas) que se mostram pertinentes e relevantes.

A obra inicia com um estudo sobre o artesanato e sua proteção como Indicação Geográfica (IG), observando a relevância dessa atividade para a economia, cultura e identidade das pessoas e regiões envolvidas. Trata-se de um tema de especial pertinência ao nosso país, considerando a tradição no setor. Tal estudo foi desenvolvido por dois autores, dentre os quais a Professora Ana Eleonora Almeida Paixão, que infelizmente nos deixou no último dia 17 de maio de 2021. À querida Ana Eleonora prestamos nossa homenagem póstuma pela pessoa iluminada que sempre foi, bem como pelas importantes contribuições que deu para a pesquisa em Propriedade Intelectual, especialmente na Universidade Federal de Sergipe, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual, assim como no grupo nacional de Indicações Geográficas.

Na sequência, tem-se um estudo sobre a perspectiva territorial associada às IGs, a partir da abordagem francesa, discutindo a importância dessa para o futuro desses signos no Brasil. Ainda sobre artesanato, mais especificamente indígena, o terceiro capítulo aborda a marca de certificação como um potencial instrumento de proteção jurídica aos conhecimentos tradicionais envolvidos nessas expressões artesanais. Visa identificar formas de proteger o artesanato indígena e o consumidor de práticas concorrenciais como a falsa origem dessas peças. Acerca da mesma temática – saber fazer indígena, o quarto capítulo traz uma análise da Indicação Geográfica voltada à produção das comunidades indígenas, sob o viés do etnodesenvolvimento.

Em uma perspectiva jurídica, a contribuição do quinto capítulo é verificar à luz do direito comparado e das decisões do Tribunal de Justiça de União Europeia os conflitos entre indicações geográficas e outros signos distintivos. A partir disso, busca identificar se os caminhos adotados na União Europeia podem atender às demandas nacionais, especialmente nesse momento em que o número de IGs nacionais vem crescendo.

Seguindo nesse viés de abordagem técnica-jurídica, na sequência apresenta-se uma exposição sobre Marcas coletivas, estudando os dispositivos legais pertinentes e nessa ótica identificando as possíveis aplicações dos Regulamentos de utilização (RU) pelos seus titulares. A pesquisa foi além do marco legal, avaliando alguns RUs de marcas coletivas registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

No intuito do fortalecimento dos signos coletivos junto ao mercado consumidor, o sétimo

capítulo objetiva identificar o uso do design como ferramenta estratégica para estes signos. Realizou-se um estudo de caso da Marca Coletiva Amorango no intuito de verificar como o titular dessa marca utiliza esse recurso – design – na sua comunicação com seu público-alvo.

No último capítulo, por sua vez, evidencia-se a experiência paraense em relação aos signos coletivos. A partir das marcas coletivas e indicações geográficas registradas até o momento no Para, sendo quatro casos de cada instituto, foi explorado o seu impacto para o desenvolvimento local.

Como tradição nas publicações do Grupo de Pesquisa, a proposta dessa obra é reunir diferentes vieses da propriedade intelectual e signos coletivos, considerando a perspectiva interdisciplinar envolvida na matéria. Assim, tendo em vista a relevância de avançarmos nessas diferentes perspectivas para consolidar esses signos como instrumentos que possam impactar positivamente a vida das coletividades envolvidas, convidamos o leitor a compartilhar conosco esses estudos.

Que todos os leitores tenham uma boa leitura.

Adriana, Kelly, Liliana e Patrícia

Comissão Organizadora

A prospectiva territorial e as Indicações Geográficas: caminhos do desenvolvimento

Thomaz Fronzaglia

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

INTRODUÇÃO

Esse capítulo discute o uso da prospectiva territorial nos territórios rurais que utilizam algum Instrumento Oficial de Reconhecimento e Proteção de bens territoriais (IORP). Os IORPs possibilitam o uso de sinais distintivos de qualidade para a valorização de bens territoriais, em especial, nas situações aonde as indicações geográficas vêm sendo reconhecidas, mas não somente. A prospectiva territorial propicia o diálogo com o objetivo de vislumbrar desafios futuros e criar estratégias para enfrentá-los desde o presente, visando o desenvolvimento territorial sustentável. A evolução da prospectiva territorial na França, como prática voltada à estratégia de desenvolvimento territorial, mostra o potencial do instrumento em auxiliar projetos coletivos como as indicações geográficas, e os conectar às políticas públicas.

O objetivo desse capítulo é suscitar agendas de pesquisa e o debate sobre a prospectiva territorial como instrumento de desenvolvimento dos territórios com indicações geográficas ou daqueles que vislumbram a possibilidade de uso de algum tipo de IORP, especialmente com atenção aos fatores culturais e institucionais e às oportunidades de conexões internas e externas.

A primeira seção desse capítulo recupera os conceitos de prospectiva estratégica. A segunda seção trata da evolução da abordagem da prospectiva territorial no ambiente institucional francês onde teve aplicação ao planejamento regional. A terceira seção traz uma discussão sobre prospectiva territorial e a política de desenvolvimento territorial. A quarta parte discute a aplicação da prospectiva territorial nas indicações geográficas. Na quinta seção discute-se a importância da dimensão institucional para a prospectiva territorial voltada às Indicações Geográficas, dada a especificidade desses dispositivos. Ao final são apontadas recomendações para o uso da prospectiva territorial nas indicações geográficas.

A PROSPECTIVA ESTRATÉGICA

A prospectiva consiste em explorar possibilidades de futuro por meio da participação de diversos atores interessados, para a formulação de estratégias, elucidando os condicionantes mais críticos e levando ao engajamento na ação estratégica. Essa prática vem retomando relevância com a maior complexidade e volatilidade da dinâmica evolutiva do ambiente, em que as crises sucessivas de diversas naturezas tornam o mundo mais caótico. A maior conectividade e mobilidade de informações, pessoas e materiais, levam às novas relações entre atores, rápida quebra de paradigmas sócio-técnicos, bem como maior dinamismo das instituições e das organizações impactando os territórios com mais frequência e intensidade. Essa dinâmica torna as mudanças imprevisíveis, levando ao aumento da incerteza, que por sua vez leva à necessidade de trabalhar mais com base em possibilidades de futuro do que em probabilidades.

Nesse sentido, a prospectiva se diferencia da previsão, tendo evoluído a partir dos anos 1960, na França, com forte influência dos trabalhos de Gaston Berger, Bertrand de Jouvenel, Hugues de Jouvenel e Michel Godet, compreendendo uma abordagem centrada nas pessoas, para produzir a reflexão estratégica abrangente acerca de futuros possíveis, de caminhos para contrapor futuros indesejáveis por meio da antecipação e para agir em prol do futuro desejável. Tal prática vem sendo debatida, cientificamente, em diversos periódicos como o *Futuribles* e o

Em todos os níveis de decisão, de um bloco econômico ao local mais remoto, tal varredura estratégica do ambiente pode produzir antecipação às possibilidades futuras, auxiliando no enfrentamento de possíveis desafios (ameaças e oportunidades), os quais todos os territórios, por mais isolados ou desconectados estejam, estão invariavelmente sujeitos. Não é por outras razões que os estudos de futuro vêm sendo aplicado no mundo todo em várias áreas, no setor privado e público, desde os níveis mais elevados das instituições até territórios e organizações, considerando as mudanças políticas, econômicas, sociais tecnológicas, ambientais, legais, no longo prazo, para subsidiar decisões que os preparem, desde o presente, para futuros possíveis.

Produzir crenças verdadeiras justificadas sobre o futuro, desafiando o senso comum, criar estratégias para lidar com futuros múltiplos e incertos constituem a essência da prospectiva. Esta visa uma compreensão abrangente de sistemas complexos e abertos relacionados a alguma questão bem delimitada sobre o futuro, se utilizando de variáveis quantitativas e qualitativas com relações dinâmicas em constante evolução, cuja análise busca a explicação, a partir do presente, por meio de diversos métodos.

Na prática prospectiva delimita-se o objeto do estudo, o horizonte temporal e a abrangência espacial. Em seguida, busca-se identificar as variáveis relevantes e os atores, internos e externos, para que os mesmos sejam descritos em sua evolução passada e suas interações conhecidas, destacando o papel das variáveis e atores no sistema, o que possibilita identificar aquelas mais relevantes para a questão norteadora do estudo. Parte-se então para explorar possibilidade futuras, desdobrando o comportamento das variáveis, levando em conta as estratégias dos atores. Os futuros alternativos podem ser combinações plausíveis da evolução e o estado futuro das variáveis. Técnicas prospectivas envolvem a varredura do ambiente, para levantar informações relevantes, e a partir delas proceder à análise, classificação e o cruzamento. Esse processo requer métodos mistos: qualitativos, mais voltados a explorar a criatividade e a subjetividade como Painel de Especialistas e quantitativos, como Delphi, Análise Multicritério, Tendências, Cenários, Processos de Hierarquias Analíticas, Árvores de Pertinência, que possibilitam análises estruturais. Várias dessas técnicas são baseadas em opinião de “especialistas” ou atores do território e podem ser complementadas por dados estatísticos do território e suas conexões. O monitoramento sistemático e cíclico possibilita concentrar esforços em indicadores-chave que alertam sobre potenciais ameaças e rupturas (GODET *et al.*, 2006).

Estudos prospectivos não têm reprodutibilidade, ou seja, um dado estudo jamais será igual a outro, tendo em vista a temporalidade, espacialidade e idiosincrasias associadas aos participantes em cada situação, nas quais se emprega técnicas adequadas a cada uma delas. No entanto, a prospectiva tem sido estudada cientificamente, com relação à consistência, efetividade e evolução da prática. A qualidade dos estudos prospectivos está ligada à complementariedade das fontes de conhecimento (especialistas/stakeholders, evidências/dados estatísticos, criatividade) e dos métodos utilizados e sua atualização periódica. Além do tratamento e análise técnica, o grau de abertura do pensamento, o engajamento de stakeholders, visando à apropriação, decisão e ação são aspectos podem ser avaliados.

A PROSPECTIVA TERRITORIAL

A prospectiva territorial se aplica a determinado território que busca identificar e agir frente aos desafios futuros para o seu desenvolvimento sustentável. Para que seja exequível a estratégia territorial, esta deverá se articular às dinâmicas regionais, nacionais e globais, e às políticas públicas, à ordenação territorial e às dinâmicas setoriais, políticas e psico-culturais.

No Brasil, diversas iniciativas de prospectiva territorial são relatadas na literatura (JESUS *et al.*, 2017; AULICINO; PETRONI, 2018; AULICINO; FISCHMANN, 2020), em dimensões territoriais das mais variadas, com o envolvimento dos atores locais, cuja relevância é evidenciada no registro em comunicações científicas que relatam experiências de diálogos que trazem subsídios para políticas setoriais e regionais, bem como possibilitam a sistematização da prática para a análise no campo científico.

Vásquez (2003) relata três gerações da prospectiva territorial que evoluiu no ambiente institucional francês. A primeira geração, na década de 60, foi uma ferramenta de planejamento territorial apoiado pelo governo na Delegação de Ordenamento Territorial (DATAR) com as primeiras elaborações metodológicas. Nos anos de 1970 a 1990, a 2ª geração trouxe o protagonismo das regiões, com mais densidade metodológica, baseada na economia industrial e na estatística, onde preocupações demográficas, econômicas, urbanísticas, setoriais e tecnológicas eram centrais. A prospectiva territorial atinge as sub-regiões entre 1988 e 2000, operadas por administrações locais, consultorias e universidades, trazendo projetos coletivos autônomos, a partir do qual o território se relaciona com o planejamento da nação. A 3ª geração surge no início dos anos 2000, com aportes da ciência política, administração, sociologia, psicologia e geografia, trazendo o uso da inteligência coletiva, em que se articulam os conhecimentos locais aos dos especialistas, introduzindo assuntos como a auto-organização, ação coletiva e governança territorial democrática e o papel das redes. Além da necessidade de maior participação, havia uma autocrítica com relação a tornar o processo prospectivo mais célere, simples e menos custoso. No aspecto decisório, surge a psicologia econômica e a crise da teoria da escolha racional.

A preocupação era tornar os territórios competitivos no processo de desenvolvimento local sustentável, articulado com o global, com pragmatismo, trazendo ações imediatas para lidar com problemas concretos, tendo em vista o futuro, partindo do presente, por meio da participação nos fluxos globais de conhecimento e investimento. Assim, a prospectiva territorial se distingue da abordagem regional que apenas trazia elementos de apoio à decisão de uma unidade espacial político-administrativa, pois a primeira tem sua eficácia baseada no engajamento dos atores territoriais num projeto coletivo que ultrapassa limites espaciais administrativos (VÁSQUEZ, 2003).

A prospectiva territorial lida com tensões, mas possibilita gerar visões comuns sobre a evolução desejável do território. Entretanto, para que a ação derivada seja efetiva, requer o envolvimento das lideranças políticas no processo, sem que este seja capturado por um grupo que impõe suas visões e estratégias, o que poderia levar às dinâmicas perversas de desenvolvimento territorial, ou seja, menos inclusivo, menos diverso e menos sustentável. Falhas na implementação da estratégia tem origem em diagnósticos irreais, por exemplo, a falta de visão sistêmica e das possíveis rupturas. Além disso, o conformismo, a inércia, a rigidez da estratégia para lidar com rupturas associada à visão parcial dos recursos e potencialidades do território e

o baixo aproveitamento das lições aprendidas comprometem a existência de planos alternativos (CHORINCAS, 2006).

Após o processo de reflexão prospectiva, os atores locais propõem iniciativas para responder às oportunidades e ameaças futuras. Esse conjunto, então, é consolidado no plano estratégico do território, formulado pelas lideranças políticas, em que os objetivos estratégicos são associados às ações concretas propostas pelos atores locais (apropriação), os quais serão alcançados pela coordenação entre diversas iniciativas, comprometendo as lideranças na execução dessa coordenação (mobilização, ação coletiva, institucionalização) (GODET *et al.*, 2006).

Os impactos da prospectiva territorial podem ser identificados em aspectos políticos, econômicos, estratégicos e relativos à inteligência coletiva (GOUX-BAUDIMENT, 2001). Nesse sentido, a prospectiva territorial pode ser institucionalmente transformadora, levando a novos modelos de governança, marcados pela presença de um projeto coletivo e mobilizador (CHORINCAS, 2006), e a novas abordagens da ação pública (FOURNY; DENIZOT, 2007).

A PROSPECTIVA TERRITORIAL E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A prospectiva territorial amplamente aplicada para o planejamento territorial, desde a década de 1960 na França, evoluiu envolvendo antecipação, participação, redes, visão de futuro comum e ação. Nos anos 2000, a prospectiva territorial se intensifica na UE, alinhada com uma forma mais participativa de formular política pública, em resposta ao aumento das pressões das mudanças mais rápidas e à globalização, que leva à desterritorialização e dilaceramento do tecido econômico de territórios, pois as ligações passam a ser cada vez mais externas. A competição entre territórios (e assimetrias regionais), os processos de consulta nacional às regiões (e o desejo de mais autonomia regional), os resultados de estudos prospectivos nacionais (e possíveis ameaças setoriais), as ameaças de deterioração regional entre outros fatores aumentaram a intensidade do uso da prospectiva territorial. A prospectiva territorial se firma no âmbito científico com o surgimento do periódico *Territoires du Futur* e de outros espaços de debate que trouxeram a visão de territórios interconectados e interdependentes para a estratégia dos programas de desenvolvimento local e coesão (CHORINCAS, 2006).

A pesquisa agropecuária teve papel relevante na prospectiva dos territórios rurais franceses. A partir de 1992, a reflexão sobre o futuro da agricultura e do INRA leva à criação da Delegação para a Agricultura, Desenvolvimento e Prospectiva (DADP) naquela instituição de pesquisa, trazendo demandas de pesquisas socioeconômicas sobre o desenvolvimento regional, e da necessidade de realizá-las em parceria. Essa função prospectiva exigiu, além de aprender prospectiva exercitando-a, firmar relações internas e externas à instituição e considerar princípios para essa função: entender a inovação na agricultura como um processo social e a organização da pesquisa como um processo de aprendizagem; ajudar a construir a demanda social; dar voz aos atores territoriais; utilizar todo o conhecimento produzido. O DADP/INRA se propunha operar em rede, apoiando a prospectiva nos centros de pesquisa nas regiões e pretendia ser uma estrutura leve para animar a reflexão prospectiva, trazendo à tona futuros possíveis e mecanismos que poderiam fazê-los acontecer, para então decidir estrategicamente qual caminho apoiar (RENOU *et al.*, 2001).

Os estudos prospectivos europeus relacionados aos territórios rurais nos anos 2000 foram diversos e a partir desse acúmulo, a prospectiva foi uma ferramenta utilizada pelo INRA pró-ativamente, envolvendo diversas instituições regionais, com apoio de seus centros com expertise em desenvolvimento territorial (Économie et sociologie rurales appliquées à l'agriculture et aux espaces ruraux (CESAER) de Dijon e Sciences pour l'action et le développement : activités, produits, territoires (SADAPT) de Versailles-Grignon), para identificar novas questões de pesquisa com base nas transformações e seus possíveis impactos em 2030, visando o debate sobre o posicionamento do INRA para planejar os programas de pesquisa, repensar as competências e as parcerias. O estudo do INRA intitulado "Prospective Nouvelles Ruralités" se baseou no cruzamento da visão macro das mudanças sociais e visões territorializadas, centradas na dinâmica do desenvolvimento dos territórios, no papel dos atores, suas experiências e suas representações. Essa antevisão das Novas Ruralidades utilizou análise morfológica (decomposição de fatores e desdobramento futuro) estudando a economia e a demografia das áreas rurais, sobretudo os atores, suas práticas, projetos, aspirações, estilos de vida e inovações sociais em curso. Os cenários elaborados foram debatidos quanto aos impactos na agricultura, na governança dos territórios, na política pública e na função do INRA (MORA *et al.*, 2008).

Nesse sentido, as abordagens de desenvolvimento regional tiveram uma íntima ligação com a evolução da prospectiva territorial na França e na UE. Por exemplo, a "Especialização inteligente" (RIS3) desenvolvida na UE é entendida como um processo direcionador de transformações socioeconômicas localmente identificadas, mas integradas e articuladas a estratégias nacionais e regionais de CT&I. O conceito visa identificação e o apoio ao investimento baseado nas vocações que têm vantagens competitivas das regiões, promovendo inovações de forma ampla, com intersecção com as tecnologias emergentes, com incentivos à experimentação das estratégias de implementação, e para monitoramento e avaliação. A RIS3 traduz prioridades em projetos voltados às atividades transformadoras baseadas na recombinação de capacidades tecnológicas e de negócios, possibilitando fertilização cruzada por meio de uma governança interssetorial complexa (FORAY *et al.*, 2012).

Tal conceito foi aplicado nos programas de desenvolvimento regional da UE do período 2014-2020, em que a abordagem de "sistemas regionais de inovação" ganhou destaque, articulando com o programa de investimento em CT&I, Horizon 2020. Essa aplicação e impacto vem sendo estudada e compartilhada aos países em desenvolvimento na América Latina por meio do Programa EuroSocial (compartilhamento de experiências em política públicas por meio da criação de redes, intercâmbio, monitoramento, cooperação), propiciando a participação na adaptação de instrumentos para a formulação de políticas de desenvolvimento regional. As crises recentes pressionaram a diferenciação territorial, possibilitando em curto período a análise discriminante das capacidades regionais de resiliência e competitividade. A RIS3 preconiza o uso da prospectiva como ferramenta para facilitar o diálogo bem como elucidar as potencialidades, criar estratégias do território e priorizar ações.

Segundo Torre *et al.* (2020), ao contrário de outras políticas econômicas europeias, a RIS3 considera a disparidade entre regiões, logo deveria ser orientada pelas especificidades regionais e levar em conta sua aplicabilidade às áreas rurais. Contudo, a RIS3 está baseada nos pressupostos de "embeddeness", relacionamento, conectividade, empreendedorismo e massa crítica, os quais são muito difíceis de encontrar em territórios rurais, haja vista a ausência relativa de uma rede de empreendedorismo e de massa crítica, resultando em limitadas possibilidades

de conectividade e da emergência de mecanismos de “embebimento” e variabilidade em larga escala. Tais insuficiências condenam áreas rurais ao reduzido ou lento desenvolvimento, relativamente às áreas mais urbanizadas. Isso decorre do fato de que a baixa densidade leva à menor quantidade de conexões fortes e à falta de diversidade e de organizações intermediárias, ou “brokers” de inovação.

Tais características distinguem esses espaços das áreas industriais altamente diversificadas, nas quais há alta “technological relatedness”, ou seja, a presença de diferentes setores tecnologicamente próximos e interconectados (por exemplo, na relação fornecedor-usuário), cujo grau de variedade setorial relacionada e proximidade cognitiva suficiente entre agentes possibilitam maior probabilidade de geração de novas aplicações derivadas de suas combinações - uma visão da geografia econômica evolucionária (BOSCHMA; FRENKEN, 2009). Mas, segundo TORRE *et al.* (2020), há pouco espaço para a aplicação de abordagens como a RIS3 em espaços rurais se esta está fundamentada na identificação de oportunidades ativadoras da dinâmica regional por meio da inovação tecnológica. Pois, esse tipo de inovação depende, além dos pontos mencionados acima, da existência de recursos humanos, pequenas e médias empresas, instituições educacionais, científicas e tecnológicas altamente especializadas em inovação tecnológica, redes informacionais e de logística de transporte, mercados consumidores e acesso ao financiamento à inovação. Assim, a RIS3 poderia fazer algum sentido em criar foco em poucas cadeias de valor interconectadas, em escala regional de regiões rurais mais adensadas com fortes proximidades intersetoriais.

Entretanto, algumas áreas rurais tem potencial de atingir alguma especialização inteligente por meio do “uso intensivo” do valor associado aos bens territoriais para o turismo, gastronomia, e demais serviços associados aos recursos naturais e humanos. Nesses casos, o espaço rural se torna um espaço de valores de patrimônio natural e cultural em que as funções de manutenção paisagística, das produções de qualidade e da proteção ambiental mobilizam interesses públicos e privados. A metropolização, a periurbanização rural e a interação urbano-rural fortalecem o interesse na produção orgânica, na qualidade e rastreabilidade do produto, favorecendo cadeias curtas de escoamento garantido, além de favorecer a participação de atores agrícolas em órgãos que influenciam escolhas públicas (MORA *et al.*, 2008).

Nesse sentido, o desenvolvimento territorial diferenciado, envolvendo várias categorias de atividades envolvidas em processos de inovação pode trazer oportunidades para territórios fora do circuito de alta tecnologia. Uma via é daqueles territórios remotos para onde são levadas tecnologia das regiões mais dinâmicas. Outra via é o desenvolvimento de outro tipo de inovação. A divisão do trabalho nos ecossistemas de inovação é pluriespacial, de forma que muitas vezes a aplicação de uma novidade ocorre em outros espaços, distintos daqueles onde ocorrem etapas intermediárias do processo de inovação. Portanto, as dimensões territoriais da inovação representam oportunidades às áreas rurais para refinar seu posicionamento estratégico baseado na complementariedade com as regiões mais inovadoras, por meio de atores locais e externos nas redes de inovação (TORRE *et al.*, 2020).

A diversificação relacionada às atividades existentes é mais provável em função das externalidades locais oriundas do transbordamento de conhecimento, diversificação relacionada em firmas locais e da mobilidade de recursos humanos intraregião. Nesse sentido, a posição da região na chave setorial determina as oportunidades para a futura diversificação, de forma

que a mudança estrutural é muito condicionada pelo caminho histórico da região, cuja coerência preservada no tempo pode ser atribuída também aos ativos intangíveis regionais refletidos na base de conhecimento e estrutura institucional que tem características coletivas e cumulativas, difíceis de imitar. Esse espaço de diversificação setorial relacionada, regionalmente limitada, cria incentivos ao aprofundamento e especialização, como mecanismo de seleção e especiação, que desencoraja a criação de conhecimento que não se encaixa na base de conhecimento local. Consequentemente, o acúmulo de conhecimento especializado cria um ativo específico intangível difícil de ser entendido, imitado e utilizado por firmas de fora da região, devido às barreiras à transferência de conhecimento, criadas pelas distâncias geográfica, cognitiva, organizacional e institucional. O processo evolutivo endógeno no cluster setorial pode ser excessivo ao longo do tempo, com a redução do número de firmas, criando densas redes sociais que levam ao paroxismo e resistência às mudanças em tempos de crise. Essa alta proximidade organizacional e cognitiva, que traz dificuldades de renovação, é um aprisionamento que precisa ser quebrado por meio da reorganização das relações em rede, aumentando as interações de atores mais distantes e explorando novas combinações de tecnologias em campos diferentes, o que é mais facilmente alcançado por meio de interações externas à região (BOSCHMA; FRENKEN, 2009).

Nesse sentido, Torre *et al.* (2020) propõem algumas medidas para os territórios rurais, tais como: apoiar a variedade e diversidade partindo da identificação do principal setor da região e a principal vantagem competitiva do território, o que possibilita priorizar a diversificação relacionada de forma a impulsionar um setor que ativa as demais potencialidades regionais. Esse processo deve envolver as lideranças locais, agências de apoio ao desenvolvimento e instituições educacionais e científicas para o adensamento de redes e sua conexão externa, bem como deve tornar o projeto visível aos interessados, por exemplo, por meio do marketing territorial, que pode utilizar uma marca que represente um setor, um grupo de negócios, produtos específicos ou serviços da região. O aumento da proximidade com novas fontes de conhecimento e inovação como a participação em cursos, feiras e eventos possibilitam a inserção em redes e o início da cooperação com outros atores, em especial com startups, institutos de pesquisa tecnológica, ONGs e serviços de consultoria, junto aos quais podem demandar soluções específicas. Adicionalmente, devem-se criar condições de atratividade para recursos humanos qualificados, por meio de serviços e amenidades, atividades educativas, sociais e culturais que são complementares para a atratividade do capital humano e do investimento, vitais para o desenvolvimento rural.

O relatório sobre a nova ruralidade na França com horizonte de 2030, publicado em 2008, trazia diversas questões de pesquisa sobre desenvolvimento rural mais “geodiversificado” tendo em vista a necessidade de sistemas mais sustentáveis, onde abordagens multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares são necessárias, inclusive para analisar os modos de governança dos territórios, o papel das TICs, as estratégias de diferenciação e o pagamento por serviços ecossistêmicos que, além da regulação, reforçam as relações campo-cidade com a tendência de periurbanização (MORA *et al.*, 2008).

Para Torre *et al.* (2020) um dos caminhos seria encomendar soluções para problemas locais de forma a catalisar atores para experimentação local de ativos tecnológicos externos ou de inovação organizacional, cuja experiência conjunta com atores especializados propicia a absorção local de conhecimento e transbordamentos. Outra possibilidade seria apostar na inovação baseada na economia circular e ecológica, com o tratamento de resíduos e a produção de energia, fibras e materiais que possam criar novas atividades que utilizem essa matéria prima.

Esses dois caminhos posicionam o território como referência em determinado tipo de inovação que pode ser transbordado em outro lugar. Um terceiro caminho é a distinção de bens territoriais raros como o patrimônio cultural e histórico, recursos naturais, ou a produção tradicional de produtos típicos, que propiciam a exploração turística, levando a comprometer-se com a sustentabilidade no longo prazo. Nesse caminho se enquadram produtos com sinais distintivos oficiais ou privados. Tais produtos tem potencial de fertilização cruzada com demais bens do território, gerando uma cesta de produtos e serviços territoriais por meio da diversificação relacionada com efeitos sinérgicos. Esse caminho depende do esforço coletivo coordenado persistente, gestão compartilhada de recursos comuns, cumulatividade e conhecimento dos recursos territoriais.

No caso da França, em 2014, a Lei do Futuro da Agricultura, Alimentação e Florestas estabeleceu um papel prioritário ao Programa Nacional de Alimentação, o qual tem a ancoragem territorial da alimentação como prioridade do Ministério da Agricultura, por meio do reconhecimento de Projetos Alimentares Territoriais (PAT). Os PATs integram temas inter-relacionados (economia alimentar, nutrição e saúde, acessibilidade, meio ambiente, urbanismo e ordenamento territorial), buscando inclusão e transversalidade coerente com a história, cultura, dinâmica socioeconômica e política de cada território, cujo desafio é fortalecer as conexões (MACÉ, 2017).

O posicionamento estratégico dos atores territoriais vinculado à construção e divulgação da marca do território, como projeção da imagem de futuro do território e referencial estratégico para a definição do futuro desejado é um projeto político de desenvolvimento territorial, que pode se utilizar do branding de território, para atrair não apenas turistas, mas também talentos, investimentos externos e infraestruturas (DALLABRIDA, *et al.*, 2016).

Na ausência de potencial de criação de valor endógeno, um caminho é a cooperação externa para explorar proximidades com centros urbanos na oferta de serviços de tratamento de resíduos, recreativos, de bem estar, amenidades e a experiência rural. Esses caminhos do desenvolvimento requerem modelos de negócio inovadores, o apoio governamental e mecanismos de governança para ativar redes rurais e urbanas em torno de interesses comuns no campo da alimentação, serviços ecossistêmicos, gestão de resíduos e do patrimônio (TORRE *et al.*, 2020).

Entretanto, a coordenação de esforços de implementação pode ficar cada vez mais complexa, pois a configuração da governança territorial europeia vem se diversificando, envolvendo atores públicos e privados (residentes permanentes, multirresidentes, turistas, associações, cooperativas e empresas) sob o efeito da intensificação da relação rural-urbana, de forma que os jogos de atores nos espaços rurais tornam-se mais complexos e conflituosos. Novos atores tendem a se afirmar, enquanto os atores rurais tradicionais tem seu poder enfraquecido com o declínio do peso de produtores na representação política ao mesmo tempo em que a descentralização do Estado fortalece o nível regional, com a territorialização das políticas públicas com mecanismos de participação e cooperação regional (MORA, *et al.*, 2008).

A intervenção para o desenvolvimento em territórios rurais pode ser planejada, vislumbrando desde os impactos almejados até os recursos necessários. Nesse sentido, o Cirad desenvolveu a abordagem ImpresS *ex ant*, a qual leva à reflexão coletiva sobre a papel da pesquisa agropecuária na geração dos impactos e sua contribuição nas mudanças necessárias para se chegar ao impacto desejado, por meio do engajamento de todos os envolvidos (BLUNDO *et al.*, 2018). Essa abordagem baseou-se na pesquisa-ação participativa com experimentações em estudos de casos (inclusive em Indicação Geográfica), nas metodologias participativas de ava-

liação de impacto, mapa de resultados, teoria da mudança e análise de stakeholders. O projeto trouxe uma contribuição de avaliação ex ante, elucidando as capacidades dos atores a serem desenvolvidas para gerar a transformação desejada.

No Brasil, a especificação das cestas de bens e serviços a partir do diagnóstico das comunidades rurais onde estão presentes ativos culturais e naturais mostra a diversidade de situações e heterogeneidades internas. Entretanto, pontos em comum são apontados: pouca integração multissetorial para alavancar o potencial das sinergias no território, a necessidade do apoio institucional mais articulado e menos setorial, além da possibilidade do uso de instrumento oficial de reconhecimento e proteção (CERDAN; VIEIRA, 2011).

A prospectiva territorial tem íntima ligação com a redução das desigualdades territoriais, podendo auxiliar o alcance de compromissos assumidos na agenda 2030, de forma que as metas dos ODS relacionados precisam ser observadas no desenho de políticas e programas com abordagens de competitividade territorialmente explícitas, em que exercícios prospectivos são recomendados ou até mesmo pré-requisito para obtenção de apoio. Contudo, sem a existência de fundos destinados à prospectiva territorial, bem como para a implementação de ações priorizadas, haverá pouca evolução no uso do planejamento territorial. Nesse sentido, recomenda-se a articulação de programa, com instituições nacionais e internacionais financiadoras do desenvolvimento local, compromissadas com o monitoramento e avaliação do impacto e a elucidação dos seus principais condicionantes. Pois, a compreensão da governança multinível das instituições, da governança local, dos incentivos e dos fatores de engajamento local são aspectos indispensáveis no desenho de programas de desenvolvimento territorial.

A PROSPECTIVA TERRITORIAL E AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Os instrumentos oficiais de reconhecimento e proteção (IORPs) agrupam mecanismos apoiados pela ação pública como selos distintivos oficiais, ou seja, aqueles apoiados pelo estado e baseados em um conjunto de domínios institucionais que possibilitam aos territórios estabelecer uma estratégia de diferenciação baseada em atributos territoriais. Por exemplo: GIAHS, Patrimônio Imaterial, Indicação Geográfica. São dispositivos institucionais regidos por órgãos governamentais que promovem a preservação do saber fazer por meio da proteção de um nome ou do reconhecimento de práticas.

A prospectiva territorial ajuda a lidar com a aparente contradição entre o futuro da região frente às inovações tecnológicas e institucionais, contraposto ao passado das tradições, história e o patrimônio vinculados ao local. Nessa contradição reside a estratégia de geração de valor.

A tipicidade e a tradição, tendo vinculação com o meio geográfico, se tornam um valor, cujo reconhecimento e proteção trazem diversos desdobramentos futuros ao território. Por um lado, asseguram a alguns atores do território a possibilidade de internalizar o valor do bem territorial, como é o caso do uso exclusivo do nome geográfico associado a determinado produto nas Indicações Geográficas. Por outro lado, a evolução do território em função desse reconhecimento e proteção altera suas conexões internas e externas, pois mobiliza o capital social, estabelece interações com outras fontes de conhecimento e oportunidades de geração de valor com base nos bens territoriais.

A dinâmica evolucionária traz mudanças nas relações de poder entre atores nas cadeias de produção, causando mudanças na distribuição das margens e até a exclusão de participantes. Consequências estas que podem ser antecipadas se tais dinâmicas setoriais e territoriais são estudadas e entendidas a priori, por meio do inventário sobre o território e seu entorno para o diagnóstico e a busca por remédios atualizados e eficazes.

Em 1999, os 63% da vinificação no Vale do Loire foram oriundos de 63 Appellations d'Origine Contrôlée, gerando 6000 empregos, dos quais 2200 formais. A prospectiva territorial conduzida pelo INRA naquele território partiu do inventário territorial, analisando estatísticas da evolução geográfica, demográfica, de emprego, valor agregado, agricultura, agroindústria, impacto no meio ambiente, educação, pesquisa e turismo, bem como realizando entrevistas e encontros regionais, para gerar reflexões prospectivas. Estas permitiram ao INRA fazer uma análise estratégica de sua contribuição para o Vale do Loire que buscava integrar a governança das IGs no território em um comitê, para unificar o esforço de marketing territorial (RENOU *et al.*, 2001).

O projeto europeu DOLPHINS que tratou do desenvolvimento das IG construiu uma visão prospectiva setorial antes de recomendar as políticas de apoio a essa estratégia de diferenciação com selo de origem. O projeto identificou os principais condicionantes dos produtos de origem, caracterizando a diversidade de maturidade e dos tipos de governança, as incertezas sobre o futuro das políticas, elaborando cenários com foco na regulação europeia de IG (CE 2081/92), na CAP, na OMC e outras políticas. Com base nos cenários, realizaram a análise integrada dos cenários das políticas e dos arquétipos de IG para então proceder à análise SWOT e análise ex ante de impactos para formular recomendações (SYLVANDER, 2004).

Territórios em que o reconhecimento da notoriedade, da qualidade e das práticas produtivas têm relação com o meio geográfico podem estar vulneráveis às mudanças do clima no longo prazo, bem como na mudança das oportunidades do uso do solo.

Nesse sentido, o estudo prospectivo, coordenado pelo INAO e FranceAgriMer, buscou elaborar estratégias de adaptação da indústria vinícola francesa à mudança clima, integrando as dimensões da mobilidade geográfica, desenvolvimentos tecnológicos, política pública e os contextos competitivos globais e locais. As estratégias derivam de hipóteses pré-existentes em estudos anteriores e formuladas por pesquisadores e atores da cadeia produtiva. Os caminhos descritos, por meio da narrativa dos dezesseis microcenários, envolveram fatores como: a política de saúde pública com relação ao álcool, o financiamento público de CT&I, ordenamento territorial, a governança setorial e questões internacionais como a evolução das regras de rotulagem de vinhos de origem, as tendências de consumo e o impacto nas Indicações Geográficas (AIGRAIN *et al.*, 2016).

A aplicação da prospectiva territorial, como qualquer outra abordagem de interação com territórios, em especial onde residem comunidades tradicionais, deve conhecer e se adaptar à linguagem e costumes locais, bem como produzir a mediação com processos inclusivos das diversas dimensões de diversidade sócioespacial, tendo em vista estabelecer um espaço democrático e profícuo em laços de confiança e construção coletiva do futuro.

A DIMENSÃO INSTITUCIONAL NA PROSPECTIVA TERRITORIAL DAS IGS

As dimensões abordadas pelos estudos prospectivos geralmente abrangem desde aspectos tecnológicos até aspectos político-institucionais. Dado que sinais distintivos dos territórios são construções sociais em que pesam entendimentos comuns sobre normas de qualidade e modo de produção, regras e procedimentos legais e político-administrativos, compreender os processos de evolução das instituições é essencial para a estratégia desses instrumentos.

A evolução das instituições é um dos aspectos centrais em mudanças institucionais, o que pode acarretar rupturas em trajetórias tendenciais de organizações, na governança de cadeias produtivas, no quadro regulatório, e nos aspectos culturais mais difusos na sociedade. Logo, os aspectos institucionais devem ser alvo do monitoramento do ambiente para fins de formulação de estratégia, especialmente, no caso de IORPs.

A evolução das instituições tem sido estudada com relação aos desenvolvimentos históricos em termos de variação, seleção e retenção, mas pouco tem sido explorado com o uso desses mecanismos na interpretação de futuros possíveis, mas indeterminados. A abordagem evolutiva pode ajudar imaginar futuros, desenvolver, avaliar e desafiar interpretações de futuros baseadas em modelos mentais (BRESLIN, 2011).

No caso dos IORPs em territórios rurais, as comunidades e suas redes sócio-técnicas de apoio trabalham conhecimentos complementares, no sentido de que o conhecimento tradicional e o conhecimento técnico científico se complementam não somente para as justificações de reconhecimento e proteção, mas também para criar novas possibilidades. Assim, a prática prospectiva propicia o aprendizado coletivo e a mudança do modelo mental, de forma que pode trazer impacto na construção de novas instituições em diversos níveis, desde normas sociais, até as organizações e regulações.

Nesse sentido, Narayanan e Fahey (2006) propõem hibridizar a literatura de estratégia, de planejamento por cenários e de evolução das instituições, argumentando que a evolução institucional deve ocupar um lugar central no desenvolvimento de cenários, principalmente em países em desenvolvimento, evitando assumir que as mudanças globais se reproduzem da mesma forma em qualquer território. Os modelos tradicionais de elaboração de estratégia da Economia Industrial negligenciaram o ambiente institucional, mas o desenvolvimento da Economia Institucional torna possível conectar as consequências da evolução institucional à elaboração da estratégia, principalmente em situações em que as oportunidades residem não apenas em mercados de produtos, mas na arena das instituições. Portanto, cenários em que a evolução institucional está diretamente presente são mais relevantes para os contextos de negócios como selos distintivos em países emergentes, onde pesam as instituições informais - embebidas no tecido social. Assim, descrever as instituições presentes e para imaginar como podem evoluir requer métodos mistos, incluindo orientação antropológica, para gerar insights sobre transformações emergentes ou mudança inesperada de regras formais e normas comportamentais, inclusive devido às possíveis interações entre domínios institucionais, levando às descontinuidades (novos modelos de negócio, terrorismo, decisões judiciais, reviravoltas nas políticas governamentais).

Nessa esteira, esse capítulo reforça a importância dessa perspectiva para a aplicação da prospectiva territorial, visando à ação estratégica dos IORPs, em especial de Indicações Geográficas.

A abordagem evolucionária é útil para se compreender os mecanismos de seleção condicionados por modelos mentais na interpretação da evolução das instituições e das organizações, os quais podem limitar a exploração de possibilidade de futuro. Tal relacionamento entre estruturas cognitivas antecipatórias e a evolução das instituições e das organizações será claramente benéfico para a prática prospectiva, visto que o entendimento da coevolução de instituições e de organizações, em vários níveis ou domínios, influencia a elaboração de futuros. Diversas tensões-chave existem na interpretação de futuros, incluindo a tensão temporal, tensão entre níveis e tensão com o localismo. Pois, os estudos prospectivos que se concentram em um nível hierárquico são incompletos e não conseguem capturar a interação entre os níveis. Uma compreensão mais rica do processo evolutivo dentro de uma organização ou matriz institucional pode ser obtida estudando a coevolução de unidades discretas de análise em vários níveis e a interação entre esses níveis (BRESLIN, 2011).

O desenvolvimento de unidades territoriais diferem de acordo com as instituições locais, capacidades locais e modelos mentais dos indivíduos para pensar e agir com relação ao passado, presente e futuro do território.

Nesse sentido, as ciências comportamentais ajudam na compreensão das relações entre fatores culturais, espaciais, institucionais e o comportamento que implicam nas diferenças entre as trajetórias dos territórios. Cultura sócioespacial se refere às crenças compartilhadas e o comportamento condicionado por afiliações grupais delimitadas espacialmente, enquanto a psicologia da personalidade consiste na determinada natureza inata dos indivíduos que condiciona intenções comportamentais e seus resultados. No nível territorial, a relação entre as duas é bidirecional e impacta o desenvolvimento. Além disso, a agência humana é balizada pelas instituições que mediam as tensões entre as expectativas mútuas e o comportamento de fato, bem como é condicionada pela evolução das redes de poder, impactando o desenvolvimento do território. Por exemplo, a maior abertura dos indivíduos às conexões e a horizontalidade das redes sociais estabelece mais oportunidades, equidade e intercâmbio, com mais probabilidade de acesso ao suporte ao empreendedorismo e às redes de negócios, e de formação de aglomerados. As disposições psicoculturais que evoluem em cada território afetam as decisões de ação coletiva e adesão às normas sociais. O processo de desenvolvimento traz retroalimentações para as instituições, cultura e comportamento, podendo gerar um ciclo virtuoso (HUGGINS; THOMPSON, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse capítulo recupera a prospectiva territorial como uma prática aplicável aos sinais distintivos. Sua recomendação fundamenta-se no seu potencial para valorizar vocações, desejos manifestos, participação e a mobilização para ação em projetos coletivos, fazendo conexão com as políticas públicas.

A prospectiva territorial evoluiu na França, intimamente ligada à política de desenvolvimento regional, recebendo da academia aportes metodológicos e o engajamento na aplicação. Em especial para os territórios rurais, a pesquisa agropecuária traz contribuições fundamentais para se pensar o futuro desses territórios, nos quais os vetores e as dinâmicas de desenvolvimento são muito heterogêneos.

Os territórios em que se aplicam os instrumentos oficiais de reconhecimento e proteção (IORPs) como a IG possuem atributos que possibilitam estratégias de especialização que podem ativar dinâmicas do desenvolvimento. Ainda assim, podem apresentar vulnerabilidades, identidades comuns, mecanismo de governança, contiguidade espacial e sobreposição aos limites regionais administrativos, características que justificam sua inserção em políticas de apoio territorialmente explícitas, seja de competitividade, assistencial, ambiental ou de preservação do patrimônio cultural.

Especial atenção deve ser dada aos fatores culturais e institucionais, fundamentais em sinais distintivos, pois eventualmente podem sofrer ruptura no processo de evolução. A evolução institucional, em especial da governança territorial, pode criar oportunidades de conexões internas e externas, propiciando sinergias entre as atividades relacionadas, proporcionando um desenvolvimento mais integrado e sustentável do território.

REFERÊNCIAS

AIGRAIN, P.; DUCHENE, E.; ATAURI, I. G. C.; GAUTIER, J. ; GIRAUD-HERAUD, E. *et al.* Travaux de prospective sur l'adaptation de la viticulture au changement climatique : quelles séries d'événements pourraient favoriser différentes stratégies d'adaptation ? 39th World Congress of Vine and Wine BIO Web of Conferences, EDP Sciences, A paraître, 7, BIO Web of Conferences 7, 03016, 2016. DOI: 10.1051/bioconf/20160703016 Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02523823>

AULICINO, A. L.; FISCHMANN, A. A. (Orgs.) Desenvolvimento Brasil 2035: o país que queremos. Curitiba: Editora CRV, 2020. p.600 DOI: 10.24824/978658608716.1

AULICINO, A. L.; PETRONI, L. M. Parque tecnológico sudoeste paulista: fator motriz do processo prospectivo para o desenvolvimento territorial. *Gestão & Regionalidade*. Vol. 34 - Nº100 - jan-abr/2018. Doi: 10.13037/gr.vol34n100.2878 Disponível em : https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/2878/2372

BLUNDO, C. G.; BARRET, D.; FAURE, G.; HAINZELIN, E.; MONIER, C.; TRIOMPHE, B. *ImpresS ex ante: an approach for building ex ante impact pathways*. Montpellier, France, CIRAD, 2018. 64 p. Disponível em: <https://doi.org/10.19182/agritrop/00013>

BOSCHMA, R.; FRENKEN, K. Technological relatedness and regional branching. In. BATHELT, H.; FELDMAN, M.P.; KOGLER, D.F. (eds.) *Dynamic Geographies of Knowledge Creation and Innovation*. Routledge, Taylor and Francis, 2009. Disponível em: http://dimetic.dime-eu.org/dimetic_files/artbookBatheltFeldmanKogler.pdf

BRESLIN, D. Interpreting futures through the multi-level co-evolution of organizational practices. *Futures*, 43, pp. 1020–1028, 2011. DOI: 10.1016/j.futures.2011.07.001

CERDAN, C.; VIEIRA, P. F. (Coord.) Valorização dos ativos culturais e naturais das comunidades rurais e desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do Estado de Santa Catarina/Brasil. Informe final DTR-IC. Florianópolis: UFSC - CIRAD – RIMISP – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, Junho de 2011.

CHORINCAS, J. Prospectiva territorial : conceitos, técnicas e exemplos europeus. *Geoinova*, n. 12, p. 275–295, 2006. Disponível em: http://www.infoeuropa.euocid.pt/opac/?func=direct&doc_number=000038822&format=999

DALLABRIDA, V. R.; TOMPOROSKI, A. A.; SAKR, M. R. Do marketing territorial ao branding de território: concepções teóricas, análises e perspectivas para o Planalto Norte Catarinense. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 17, n. 4, p. 671-685, out./dez. 2016. DOI: [http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.4\(10\)](http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.4(10))

FORAY, D.; GODDARD, J.; BELDARRAIN, X. G.; LANDABASO, M.; MCCANN, P.; MORGAN, K.; NAUWELAERS, C.; ORTEGA-ARGILÉS, R. *Guide to Research and Innovation Strategies for Smart Specialisations (RIS 3)*. Regional Policy. Luxembourg: Publications Office of the European Union, May, 2012. DOI: 10.2776/65746. Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/presenta/smart_specialisation/smart_ris3_2012.pdf

FOURNY, M-C.; DENIZOT, D. La prospective territoriale, révélateur et outil d'une action publique territorialisée. In: DODIER, R.; ROUYER, A.; SECHET, R. *Territoires en action et dans l'action*. Presses universitaires de Rennes, p. 29-44, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/32222014>

GODET, M.; DURANCE, P.; DIAS, J. G. A prospectiva estratégica para as empresas e os territórios. *Cadernos do LIPSOR*. Caderno nº 20. Paris: CNAM, 2006.

GOUX-BAUDIMENT, F. Medida y máximo aprovechamiento del impacto de la prospectiva regional. *The IPTS Report*, n. 59, Noviembre, 2001. Disponível em: <https://libros-revistas-derecho.vlex.es/vid/medida-maximo-prospectiva-regional-118782>

GÜELL, J. M. F. Recuperación de los estudios del futuro a través de la prospectiva territorial. *Ciudad y territorio estudios territoriales*. XLIII (167), pp. 11-32, 2011.

HUGGINS, R.; THOMPSON, P. *A Behavioural Theory of Economic Development: The Uneven Evolution of Cities and Regions*. Cap. 1 e 2. New York: Oxford University Press, 2021. 336p. DOI: 10.1093/oso/9780198832348.003.0001 Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=xqkPEAAQBAJ>

JESUS, M. S.; MAIA, E. T.; VELOSO, G. M.; CAVALCANTE, M. A. F.; SILVA, W. C.; MARTINS, W. J. *Diálogos prospectivos Brasília 2030: Integração de políticas públicas no território*. *Com. Ciências Saúde*. 28 (2) : 198-204, 2017.

MACE, L. *Rapport d'analyse comparative la prise en compte et l'articulation des différents champs de l'alimentation dans les projets alimentaires territoriaux*. Chambres d'agriculture France, Réseau national Projets Alimentaires Territoriaux - Rn PAT, 2017.

MORA, O. ; AUBERT, F. ; FRÉMONT, A. ; GAUVRIT, L. ; HEURGON, E. *et al.* *Prospective : les nouvelles ruralités en France à l'horizon 2030*. 2008. Disponível em: <https://hal.inrae.fr/hal-02823758>

NARAYANAN, V.K.; FAHEY, L. Institutional evolution as an emerging focus in scenario planning. *Futures*, 38, pp 972–992, 2006.

RENOU, D. ; HOFACK, P. ; SEBILLOTTE, M. *Réflexion prospective régionale : Pays de Loire : esquisse régionale*. Edition INRA, 169 p., *Bilan et Perspectives - INRA*, 2001. Disponível em : <https://hal.inrae.fr/hal-02832866>.

SYLVANDER, B. *Development of Origin Labelled Products: Humanity, Innovation and Sustainability - Dolphins: Work Package 7. Final Report. Synthesis and recommendations* (Sylvander, B. Ed.). Le Mans, France: *Development of Origin Labelled Products: Humanity, Innovation and Sustainability - DOLPHINS*, 2004. Disponível em: http://www.origin-food.org/pdf/wp7/dol_d8.pdf

TORRE A.; WALLET F.; CORSI S.; STEINER M.; WESTLUND H. Is there a smart development for rural areas? Conclusion - Smart development: a never-ending challenge for rural areas. In. TORRE A.; CORSI S.; STEINER M.; WALLET F.; WESTLUND H. (eds.) Smart development for rural areas. Routledge, 2020. 226p. Disponible em: https://www.researchgate.net/publication/346473887_Conclusion_-_Smart_development_a_never-ending_challenge_for_rural_areas

VÁSQUEZ, J. M. Bases metodológicas y conceptuales de la prospectiva territorial para la construcción de la visión Cali 2036. Instituto de Prospectiva, Innovación y Gestión del Conocimiento y Universidad del Valle. PROYECTO CALI VISIÓN 2036, Cali, Colombia, 2016. Disponible em: <https://www.cali.gov.co/descargar.php?id=30619>

VÁSQUEZ, J. M. Las transformaciones de la prospectiva territorial y la formación de los futuristas: etapas, perfiles, desafíos. Cuadernos de Administración, Universidad del Valle, n. 29, Junio, pp. 11-45, 2003.

Organizadoras



Adriana Carvalho Pinto Vieira

Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1993), mestrado em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba (1999) e doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (2009) e fez parte do doutorado com Bolsa Santander, na Universidad Politécnica de Madrid / Escuela UPM, com orientação dos professores Prof. Ignacio Trueba, Julián Briz e Isabel de Felipe. Realizou o Pós-Doutorado em Política Científica e Tecnológica pelo Instituto de Geociências pela Universidade Estadual de Campinas (2010-2012), com Bolsa da Capes PNPD. Pós-doutorado no Programa de Agronegócio e Desenvolvimento da Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho, Campus de Tupã (2018/2019), com bolsa Capes PNPD. Atualmente é pesquisador colaborador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento - INCT/PPED. Foi professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Foi líder do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq denominado Propriedade Intelectual, Desenvolvimento e Inovação (PIDI). É colaboradora dos seguintes grupos de pesquisa: Gestão e Estratégia em Negócios Internacionais (GENINT), que tem como líder Júlio Cesar Zilli, Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Propriedade Intelectual – GIPPI, que tem como líder Kelly Lissandra Bruch / UFRGS, Grupo de Estudos em Economia Ecológica, tem como líder Junior Ruiz Garcia; Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, tem como líder Renato Raul Boschi. Tem experiência na área de Direito e Administração, atuando principalmente nos seguintes temas: sistema de propriedade intelectual, indicação geográfica, estudos jurídicos (direito consumidor), gestão da inovação, sucessão familiar, agronegócio, cadeias alimentares e biotecnologia. Membro da Comissão de Estudos Especiais de Indicações Geográficas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT/SEBRAE. Membro do Conselho Regulador da Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe.



Kelly Lissandra Bruch

Pós-Doutora em Agronegócios pelo CEPAN/UFRGS. Doutora em Direito pela Université Rennes I, France em cotutela com a UFRGS. Mestre em Agronegócios pelo CEPAN/UFRGS. Especialista em Direito e Negócios Internacionais pela UFSC. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora do Departamento de Direito Econômico e do Trabalho, da Faculdade de Direito da UFRGS. Professora do Programa de Pós Graduação (mestrado e doutorado) do Centro em Estudos e Pesquisas em Agronegócios - CEPAN/UFRGS. Professora do PROFNIT (Mestrado Profissional em Rede Nacional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) no Ponto Focal IFRS. Membro da Comissão Especial de Propriedade Intelectual da OAB/RS.



Liliana Locateli

Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (1999), com Mestrado (2002) e Doutorado (2006) em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Graduação e Pós-graduação em Direito da URI/FW, na áreas de Direito do Consumidor e Propriedade Intelectual e do Curso de Direito da UNOESC/SMO. Pesquisadora em Direito da Propriedade Intelectual, com ênfase em Signos Distintivos. Atuou como Consultora Sênior no Projeto Diálogos Setoriais UE - Brasil - Indicações Geográficas.



Patricia Maria da Silva Barbosa

Doutora em Biotecnologia Vegetal e Propriedade Intelectual pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Inovação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial onde ministra a disciplina Indicações Geográficas e outros sinais distintivos de uso coletivo. Tutora e conteudista de Curso INPI OMPI DL 101 e do Manual de Indicações Geográficas do INPI. Servidora do INPI desde 1998, atualmente na Divisão de exame de Marcas Coletivas, Marcas de Certificação e Indicações Geográficas da Diretoria de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas.

Autores



Alexandre Guimarães Vasconcellos

Biólogo, Mestre em Biofísica e Doutor em Biotecnologia Vegetal pela UFRJ. Fez Pós-doutorado Sênior em Gestão da Inovação em Saúde na FIOCRUZ e na WIPO, Suíça. É Pesquisador em Propriedade Industrial e Professor da Pós-graduação da Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI, onde ministra as Disciplinas de Conhecimentos Tradicionais e Direitos Associados e Propriedade Intelectual em Biotecnologia. Lidera o Grupo de Pesquisa em Propriedade Intelectual em Biotecnologia e Saúde no INPI. É autor de diversas publicações na área de Propriedade Intelectual e já apresentou mais de 100 palestras no Brasil e no exterior sobre o tema.



Ana Eleonora Almeida Paixão

Possui graduação em Engenharia Química pela Universidade Federal de Sergipe (1980), mestrado em Engenharia Química pela Universidade Estadual de Campinas (1990) e doutorado em Engenharia Química pela Universidade Estadual de Campinas (1995). Foi, de 2005 a 2009, Diretora Geral do CISE - CENTRO INCUBADOR DE EMPRESAS DE SERGIPE, incubadora de empresas de base tecnológica vinculada à UFS, onde trouxe o Programa PRIME, da FINEP, tendo sido uma das 3 âncoras do programa no Nordeste. Tem experiência na área de Engenharia Química, com ênfase em Operações Industriais e Equipamentos para Engenharia Química, atuando principalmente nos seguintes temas: transporte pneumático, alimentos, frutas regionais, planejamento experimental e óleo de mamona. Especialista em PI - Propriedade Intelectual, participou do programa CAPACITE-NE: Capacitação em Inovação para Empresários do Nordeste, financiado pelo CNPq. Atualmente, participa, desde maio de 2017, como Orientadora, do Programa ALI - Agentes Locais de Inovação, do SEBRAE em parceria com o CNPq.



Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa (1998), mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (2003), doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (2006) e Pós-doutorado na Kansas State University. Livre docente em Análise de Sistemas Agroindustriais desde 2019, atualmente é Professora Associada da Universidade Estadual Paulista, Campus de Tupã. Tem experiência na área de Gestão de Sistemas Agroindustriais, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, acesso a mercados, compras institucionais, certificação e indicações geográficas.



Cristiane Hengler Corrêa Bernardo

Possui Doutorado em Educação pela UFMS (2010); Mestrado em Comunicação Midiática pela UNESP (2002); Especialização em Comunicação e Marketing e Graduação em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1990). É livre docente em Comunicação Empresarial pela UNESP (2018). Foi Coordenadora do Curso de Administração e atualmente é Professora Associada da UNESP - Faculdade de Ciências e Engenharia. Ministra as disciplinas de Comunicação Empresarial e Trabalho Interdisciplinar Orientado IV e V para o Curso de Administração e Construção do Conhecimento Interdisciplinar, Metodologia da Pesquisa e Comunicação, Redes e Cultura para o Mestrado Interdisciplinar em Agronegócio e Desenvolvimento (PGAD). Desenvolve projeto de pesquisa na área de Comunicação Rural, Responsabilidade Socioambiental e Educação e Trabalho. É membro dos seguintes grupos de pesquisa: CEPEAGRO e Pesquisa em Gestão e Educação Ambiental (PGEA). Atuou no Grupo Estácio Participações como Diretora Acadêmica da Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande e Coordenadora do Curso de Jornalismo (2004 a 2006) e como Diretora Executiva e Diretora Geral da Faculdade Integrada do Recife (2006 a 2008). Tem experiência em Assessoria de Comunicação, Redação Jornalística; Ética; Comunicação Empresarial, Marketing e Gestão Educacional. Vem atuando principalmente nos seguintes temas: educação, responsabilidade socioambiental; comunicação rural, comunicação

empresarial e comunicação científica. Atua como avaliador Ad hoc do INEP/MEC.



Fabrício Carvalho da Silva

Doutorando em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe. Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Piauí e especialista em Gestão Pública e Gerenciamento de Projetos. Servidor Público efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, pertencente ao quadro dos docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Campus Uruçuí-PI.



Igor Schumann Seabra Martins

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal Fluminense (2007), especialização em Controladoria e Gestão Pública pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013) e mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial — INPI — (2020), com orientação do professor Vinicius Bogéa Câmara. Defendeu dissertação de mestrado intitulada “Titularidade, documentos de controle e causas específicas de extinção das marcas coletivas e de certificação na União Europeia e no Brasil”. Participou como palestrante no painel “Portuguese-speaking countries – Initiatives for Protecting Geographical Indications” do Worldwide Symposium on Geographical Indications, realizado em Lisboa (2019). Atuou como assessor técnico em assunto de propriedade industrial junto ao Ministério das Relações Exteriores na 42ª sessão do Standing Committee on the Law of Trademarks, Industrial Designs and Geographical Indications (SCT), comitê permanente da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, realizada em Genebra (2019). Desde 2014 é tecnologista em propriedade industrial do INPI e em 2017 foi nomeado substituto do chefe da Divisão de Exame Técnico X, atuando principalmente como examinador de pedidos de registro de marcas de produtos e de serviços, marcas coletivas, marcas de certificação e indicações geográficas (indicações de procedência e denominações de origem).



Patricia Pereira Peralta

Graduada em Belas Artes pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutora em Estudos Culturais pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea - UFRJ. Doutora em Artes Visuais e Mestre em História da Arte pela UFRJ. Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Inovação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) desde 2007. Tecnologista em Propriedade Industrial do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) desde 2005. Atuou na Divisão de Desenhos Industriais do INPI de 2001 a 2005, como colaboradora, e no exame de marcas de 2005 a 2008, como servidora pública do INPI. Professora colaboradora do Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).



Rafael dos Santos Viveiros de Faria

Bacharel em Direito, Mestre e Doutorando em Propriedade Intelectual e Inovação pela Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, com temas de pesquisa abrangendo marcas coletivas e de certificação. Possui cursos de extensão em Marcas promovidos pelo CEIPI - Centro de Estudos Internacionais da Propriedade Intelectual (Estrasburgo/França), USPTO – United States Patent and Trademark Office (Virginia/EUA) e pela Academia da OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Atua como examinador de marcas da Diretoria de Marcas do INPI desde 2006.



Samyr Leal da Costa Brito

Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação pelo IFBA (2020); Especialista em Gestão da Inovação e Desenvolvimento Regional pela UFRB (2017); Bacharel em Direito pela Universidade do Estado da Bahia (2014); Advogado; Professor Universitário; Membro da Comissão de Propriedade Intelectual da OAB/BA.



Silvia Cristina Vieira Gomes

Doutoranda e Mestra (2016) do Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento da Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Engenharia de Tupã. Pós graduada lato sensu em Higiene e Inspeção dos Produtos de Origem Animal/ Vigilância Sanitária de Alimentos (2006) Instituto Qualittas/UCB e em Gestão do Agronegócio (2010) na Universidade Estadual Paulista FCE. Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade de Marília (1992). Consultora de Agronegócios e Extensionista Rural por meio da COATER – Cooperativa de Trabalho de Assessoria Técnica e Extensão Rural (experiência como consultora, instrutora, conteudista e palestrante no SEBRAE SP, SESCOOP SP, FAESP/SENAR SP). Foi docente do ensino superior na Instituição Dom Bosco de Ensino e Cultura no curso de Turismo, Centro Universitário de Adamantina (UniFAI) nos cursos de Agronomia e Tecnologia do Agronegócio; Universidade Estadual Paulista na Faculdade de Ciências e Engenharia (UNESP - FCE) de Tupã no curso de Administração e na Faculdade de Medicina Veterinária de Araçatuba (UNESP -FMVA) no curso de Medicina Veterinária.



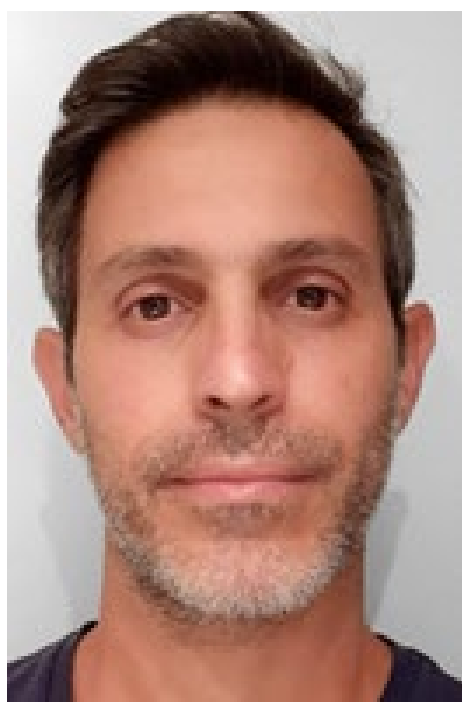
Sheila de Souza Corrêa de Melo

Mestre em Propriedade Intelectual e Inovação pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI e Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação - PROFNIT, possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará e em Letras Bacharelado em Secretariado Executivo Trilíngue pela Universidade do Estado do Pará, especialização em Tradução pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia. É Analista da Embrapa, Secretária Executiva do Comitê de Cooperação Internacional da Embrapa Amazônia Oriental, representante da Embrapa no Fórum Técnico de Indicação Geográfica e Marca Coletiva do Estado do Pará e é membro do conselho regulador da indicação geográfica Queijo do Marajó.



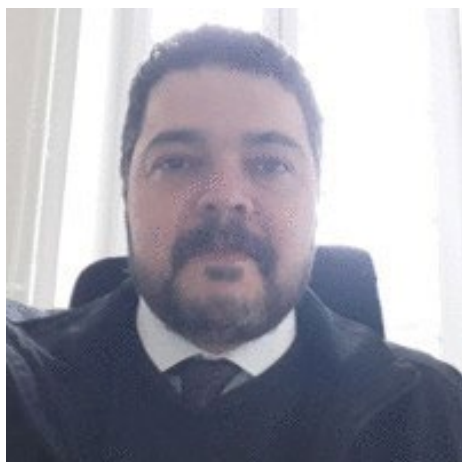
Suellen Costa Wargas

É graduada em Letras, especialista em Língua Portuguesa, Mestre Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação pela Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI e, atualmente, é aluna do curso de Doutorado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do mesmo instituto. Exerce, desde 2017, o cargo de Tecnologista em Propriedade Industrial no INPI, atuando no exame de marcas de produto, serviço, coletivas, de certificação e indicações geográficas.



Thomaz Fronzaglia

Atua na Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas (SIRE) da Embrapa (Sede) com estudos e análises estratégicas da evolução da agricultura e da pesquisa agropecuária. Editor de seção do periódico Cadernos de Ciência & Tecnologia. Doutor em Política Científica e Tecnológica pelo DPCT-IG-Unicamp (2015), Mestre em Administração e Engenheiro Agrônomo pela Universidade de São Paulo (1999). Foi pesquisador visitante na UMR SAD APT (AgroParisTech-INRA) no período sanduíche do doutorado, pesquisador no Instituto de Economia Agrícola (IEA) de 2005 a 2007, consultor no Instituto de Tecnologia Social (ITS) em 2003, analista no Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP/SP) de 2000 a 2002. Tem interesse em estudos de agregação de valor no agronegócio, estudos prospectivos, estratégias em CT&I com impacto na competitividade e no desenvolvimento regional.



Vinicius Bogéa Câmara

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002), mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ/UCAM (2004) e Doutorado em Sociologia com créditos obtidos na mesma instituição e título expedido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010). Ingressou em 2004 no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), onde ocupou, entre 2011 e 2016, o cargo de Diretor de Marcas da Instituição. Foi professor substituto do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) entre 2006 e 2008 e entre 2016 e 2017. Foi Pesquisador-Visitante do Centre d'Études Internationales de la Propriété Intellectuelle (CEIPI), da Universidade de Estrasburgo, onde realizou estudos de Pós-Doutorado em 2018. É professor permanente da Academia de Propriedade Intelectual do INPI, onde coordenou, entre agosto de 2018 e setembro de 2019, os Programas de Mestrado e Doutorado Profissionais. Atualmente atua como Coordenador na Coordenação de Articulação e Fomento à Propriedade Intelectual e Inovação do INPI.

Índice Remissivo

A

agropecuária 26, 30, 34, 55, 62, 133, 142
Amazônia 51, 57, 115, 116, 118, 119, 120, 132, 134, 141
ameaças 24, 26
Amorango 10, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113
artesanais 10, 13, 16, 17, 18, 19, 42, 43, 45, 46, 50
artesanal 16, 17, 18, 40, 48, 49, 50, 56, 64, 128, 129
artesanato 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 112, 113
Artesãos 17, 18, 128

B

benefícios 4, 14, 16, 39, 40, 42, 47, 49, 59, 63, 94, 95, 109
Bragança 115, 116, 124, 125, 126, 127, 134
Brasil 3, 4, 10, 13, 15, 16, 18, 19, 21, 25, 31, 35, 48, 49, 51, 53, 55, 57, 58, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 83, 84, 96, 97, 100, 111, 112, 113, 118, 120, 123, 124, 126, 134, 136, 137, 139, 141
brasileiras 20, 40, 53, 54, 80, 100, 103
brinquedos 128

C

caminhos 10, 22, 23, 29, 30, 32, 74
coletiva 15, 25, 26, 30, 32, 34, 42, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 104, 106, 108, 110, 111, 112, 113, 129, 130
comercial 39, 42, 44, 55, 62, 83, 90, 112, 116, 120
comunidade 15, 39, 40, 41, 43, 46, 47, 48, 49, 62, 113
concorrentes 43, 72, 82, 84, 87, 90, 91, 92, 94, 95
conflito 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79
conhecimento 4, 13, 15, 16, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 39, 40, 41, 42, 43, 48, 49, 50, 51, 55, 57, 58, 79, 94, 95, 100, 115
cooperação 27, 29, 30, 83, 119
criatividade 16, 17, 24, 41, 43
culturais 4, 13, 14, 16, 17, 23, 25, 29, 31, 33, 34, 35, 39, 41, 42, 43, 47, 52, 100, 103, 111

D

desafios 4, 23, 24, 25, 39, 63, 64, 79
desenvolvimento 4, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 43, 47, 50, 52, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 80, 91, 100, 102, 104, 109, 116, 119, 132, 133, 134, 142
design 10, 16, 18, 20, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 111, 112, 113
direitos 16, 19, 39, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 53, 69, 79, 87, 88, 93,

95, 96, 103, 112, 131, 132, 133

DO 13, 57, 58, 59, 62, 68, 79, 80, 120

E

economia 10, 15, 20, 25, 27, 29, 30, 58, 60, 100, 103, 112

econômica 13, 18, 25, 28, 45, 49, 50, 57, 58, 68, 83, 91, 92, 95

econômico 14, 15, 24, 26, 39, 40, 43, 47, 57, 59, 60, 72, 91, 113, 132

embalagem 17, 90, 100, 104, 105, 106, 107, 108, 111

entidade 44, 47, 83, 85, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 100, 101, 130, 131

estratégica 10, 23, 24, 32, 33, 36, 49, 58, 84, 91, 99, 100, 101, 112

etnodesenvolvimento 4, 10, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63

evolução 23, 24, 25, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 113, 142

F

ferramenta 10, 13, 25, 27, 49, 67, 84, 85, 90, 91, 92, 94, 96, 99, 100, 101

futuro 4, 10, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 34, 36, 41, 55, 57, 60, 63

G

Geográfica 10, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 30, 31, 55, 61, 112, 115, 117, 120, 123, 133, 141

geração 13, 14, 15, 18, 20, 25, 28, 30, 31, 40, 41, 43, 46, 48, 59, 118

gestão 17, 30, 50, 84, 85, 89, 92, 93, 94, 99, 100, 101, 104, 111, 115, 135

governança 4, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35

I

IG 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 32, 35, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 86, 93, 115, 117, 142

Indicação 10, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 30, 31, 55, 58, 61, 65, 86, 112, 115, 117, 119, 120, 123, 124, 133, 135, 141

indicação geográfica 18, 19, 21, 54, 57, 63, 66, 67, 68, 71, 72, 79, 80, 86, 93, 95, 100, 101, 118, 119, 120, 121, 128, 133, 134, 135, 141

indicações geográficas 4, 10, 11, 14, 23, 44, 51, 53, 62, 79, 80, 81, 96, 100, 115, 116, 127, 133, 138, 139, 142

indicadores-chave 24

indígenas 10, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 121

inovadoras 28, 59

intelectual 4, 13, 15, 16, 20, 39, 40, 41, 42, 50, 52, 53, 54, 55, 57,

58, 59, 61, 62, 63, 65, 69, 95, 96, 109, 113, 115, 119, 132, 133, 135

J

jurídica 10, 44, 45, 51, 53, 64, 67, 69, 70, 73, 75, 78, 80, 83, 101
jurisprudência 67, 79

M

marca 10, 29, 30, 38, 40, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 58, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 129, 130, 131
marketing 15, 29, 32, 36, 89, 92, 102, 104, 105, 106, 110, 111
mercado 10, 14, 15, 16, 17, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 56, 70, 74, 75, 77, 83, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 103, 104, 111, 128, 132, 134
morango 100, 104, 106, 108, 109, 110

N

nacional 4, 17, 20, 26, 47, 48, 49, 50, 52, 57, 67, 68, 69, 72, 74, 76, 77, 78, 102, 109, 122, 124, 126, 133
natureza 18, 34, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 56, 60, 67, 83, 85, 88, 101

O

oportunidades 4, 20, 23, 24, 26, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 61, 111
organização 25, 26, 34, 42, 47, 48, 60, 63, 85, 94, 109, 110, 113, 115, 117, 128
Origem 13, 58, 120, 121, 141

P

paraenses 114, 115, 116, 128, 129
poder 19, 30, 32, 34, 39, 49, 88, 91, 94, 95, 115
políticas 4, 15, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 63, 64, 65, 102, 116, 132, 133
práticas 3, 10, 13, 14, 27, 31, 32, 40, 41, 42, 44, 46, 50, 56, 57, 61, 65, 72, 85, 108, 111, 115, 122, 132
privado 24, 42, 44, 95, 115
processo 15, 16, 18, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 34, 35, 45, 46, 49, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 73, 74, 77, 84, 89, 96, 97, 100, 102, 103, 104, 111, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 126, 128, 129, 130, 131
produção 10, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 28, 29, 30, 32, 33, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 58, 77, 86, 90, 92, 94, 102, 104, 105, 106, 108, 109, 112, 119, 121, 126, 128, 131, 132
produto 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 28, 31, 44, 45, 47, 49, 55, 57, 58, 59, 60, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 86, 89, 91, 101,

102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 129, 134, 142

produtores 10, 14, 15, 18, 19, 30, 45, 57, 58, 61, 62, 65, 84, 92, 100, 104, 106, 108, 109, 111, 115, 117, 119, 120, 126, 128, 132

produtos 4, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 29, 30, 32, 33, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 68, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 80, 81, 83, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 116, 117, 120, 124, 128, 130, 133, 134, 139

propriedade intelectual 4, 13, 15, 16, 20, 39, 40, 41, 42, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 69, 95, 96, 109, 113, 115, 119, 132, 133, 135

proteção 4, 10, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 28, 31, 33, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 57, 58, 63, 65, 67, 69, 70, 72, 75, 83, 86, 87, 91, 92, 95, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 115, 130, 132

públicas 4, 19, 20, 23, 25, 27, 28, 30, 34, 36, 64, 65, 116, 132, 133

público 10, 15, 19, 24, 32, 44, 46, 49, 50, 61, 74, 84, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 100, 101, 115

Q

qualidade 14, 15, 16, 19, 23, 24, 28, 32, 33, 43, 44, 45, 47, 51, 52, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 72, 81, 86, 87, 89, 90, 102, 109, 111, 125, 133

R

regional 14, 17, 18, 20, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 34, 35, 36, 55, 57, 58, 63, 64, 113, 142

regulamento 82, 84, 85, 97, 101, 121, 130, 131

S

serviço 13, 14, 17, 44, 45, 55, 57, 58, 62, 76, 77, 84, 91, 93, 101, 131, 142

signos 4, 11, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 86, 115

sistemas 24, 27, 29, 64

social 4, 15, 26, 31, 33, 39, 40, 42, 43, 48, 57, 58, 60, 62, 87, 113, 130, 132

stakeholders 24, 31

sustentáveis 4, 29, 60, 109

sustentável 4, 23, 25, 35, 57, 59, 62, 102, 119

T

técnicas 10, 14, 16, 18, 24, 35, 42, 43, 44, 46, 47, 50, 78, 103, 107, 118, 119, 133

tecnologias 27, 29, 41, 55, 122, 132

terras 54, 55, 59
territorial 10, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35,
36, 37, 64, 65, 113, 123
territórios 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52,
56, 62, 87, 109, 133
trabalho 13, 14, 16, 19, 28, 40, 50, 61, 64, 68, 69, 78, 84, 89, 102,
108, 116
tradicionais 4, 10, 13, 19, 30, 32, 33, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44,
45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 105
tradicional 16, 30, 33, 39, 40, 41, 42, 43, 47, 49, 51, 52, 56, 121

